

Governo pode adotar desindexação em 93

São Paulo — A desindexação da economia — isto é, o sexto choque econômico desde 1986 — entra no discurso oficial do Ministério da Fazenda e pode ocorrer até o início de 1994, mas não virá antes do equilíbrio fiscal. “Não somos ingênuos o bastante para acreditar que a inércia possa ser derrubada até limites civilizados por políticas monetária e fiscal, sem custo social muito alto”, disse ontem, em São Paulo, o secretário da Política Econômica, Winston Fritsch. Ele confirmou a desindexação admitida pelo assessor Edmar Bacha e depois pelo ministro da Fazenda. “Não há qualquer novidade nisso”, declarou. Mas lembrou que “política monetária apertada e malabarismos já malograram no passado”. Fritsch teme que a inflação não caia antes do início de 1994 e explicou que os juros devem si-

tuar-se em níveis que “não abor-tem a recuperação econômica” nem desestimulem os aplicadores.

No primeiro semestre houve superávit primário (exclui inflação e juros) “superior a três por cento do PIB”, mas Fritsch afasta a possibilidade de equilíbrio em 1993. “As despesas estão em nível irrealístico, há atrasos com fornecedores e cortamos seis bilhões de dólares de investimentos”.

Constituição — A estratégia da Fazenda depende da reforma constitucional. Ela inclui, segundo Fritsch: 1) reforma tributária; 2) novo pacto federativo para dividir atribuições entre União, estados e municípios, por exemplo em saúde e educação; 3) reforma administrativa; 4) mudanças no capítulo da ordem econômica, al-

terando o estatuto do capital estrangeiro, monopólios estatais e reformulando o sistema financeiro; 5) previdência. “Há consenso de que não há muito para inventar”, explicou sobre reforma tributária. “Precisamos carga melhor distribuída, Imposto de Renda, IPI, imposto de valor adicionado, mas o grande ponto é o equacionamento financeiro do Governo”.

Fritsch falou em seminário da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec) sobre a privatização de serviços públicos, que “equivalem à metade da privatização no Brasil”. O setor exige investimentos de 10 bilhões de dólares/ano. “Chegamos, provavelmente, a uma fase mais nobre da privatização, com forte efeito multiplicador sobre o emprego”.